

**SOCIOLOGIA DO BRASIL NEGRO:
A PEDAGOGIA DO PENSAMENTO DE CLÓVIS MOURA**

**SOCIOLOGY OF BLACK BRAZIL:
THE PEDAGOGY OF CLÓVIS MOURA'S THOUGHT**

Wellington Narde Navarro da Costa

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Rio Grande do Sul, RS – Brasil.
navarro1909@gmail.com

Resumo: O presente artigo discute a importância da obra de Clóvis Moura para o pensamento sociológico brasileiro, de forma geral, e para o ensino de Sociologia no Ensino Médio, de maneira específica. O emprego de aspectos da produção teórica do autor permite a emergência de narrativas contra-hegemônicas sobre temas fundamentais da disciplina sociológica, assim como a legislação em vigor referente à Educação Básica – artigo 26-A da LDB – fornece o suporte legal para que esse debate contribua com uma educação antirracista. Nesse sentido, o artigo parte de noções conceituais da obra de Moura – escravismo pleno, escravismo tardio e quilombagem –, e propõe reflexões sobre o protagonismo da população negra e seus desdobramentos na história e na formação da nação brasileira. Tais reflexões balizam a análise de discurso realizada junto aos livros didáticos de Sociologia do PNLDB – 2015, traçando os limites e a ausência da questão racial como tarefa intelectual de primeira ordem.

Palavras-chave: Sociologia. Educação. Racismo. Marxismo.

Abstract: the article discusses the importance of the work of Clóvis Moura for Brazilian sociological thought, in general, and for the teaching of Sociology in Secondary School, in a specific way. The use of aspects of the author's theoretical production allows the emergence of counter-hegemonic narratives on fundamental themes of sociological discipline, as well as the legislation in force regarding Basic Education - article 26-A of the LDB - provides legal support for this debate to contribute with an antiracist education. In this respect, the article starts with conceptual notions of Moura – “complete enslavement”, “late slavery” and “quilombagem” - and proposes reflections on the protagonism of the black population and its unfolding in the history and formation of the Brazilian nation. These considerations are the based of the discourse analysis carried out with the PNLD - 2015 Sociology textbooks, tracing the limits and the absence of the racial question as an intellectual task of the first order.

Key-words: Sociology. Education. Racism. Marxism.

Introdução

Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) nasceu na cidade de Amarante, no interior do estado do Piauí. Após ter vivido períodos de escolarização no Rio Grande do Norte e na Bahia – frequentando instituições de educação formal que objetivavam formar elites intelectuais e políticas –, e engrossado as fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Clóvis chegará em São Paulo através da influência de amigos, intelectuais e militantes comunistas com quem mantinha contato. Será em São Paulo, a partir dos anos cinquenta, que Clóvis Moura desenvolverá com maior rigor a sua obra sociológica e militante, imerso nas atividades da intelectualidade negra da época. Além de suas reflexões publicadas em artigos das revistas Fundamentos e Brasileira – todas elas ligadas ao PCB e com forte circulação entre intelectuais paulistanos

–, destaca-se a publicação de livros como “Rebeliões da Senzala” (1959), “Sociologia do negro brasileiro” (1988), “Dialética radical do Brasil negro” (1994)¹ e “Dicionário da escravidão negra no Brasil” (2004) – publicação póstuma, já que Clóvis faleceu em 2003.

Ao longo da vasta produção teórica deste autor, podemos destacar algumas noções conceituais que atravessaram sua obra e que evidenciam – além de rigor científico – o compromisso de Clóvis com os debates que reverberavam entre a intelectualidade negra e os movimentos sociais de sua época. Questões ainda atuais e necessárias para repensarmos as Humanidades do Ensino Básico ao Superior, mas, principalmente, a Sociologia, área na qual Moura deixou uma contribuição inestimável.

Dito isso, podemos apresentar os conceitos de Clóvis Moura que deram sentido à nossa reflexão teórica e à análise empírica para fins deste trabalho. Trata-se, primeiramente, das noções conceituais de “escravismo pleno” e “escravismo tardio”. O conceito de escravismo pleno designa o período da história do Brasil no qual a escravidão se estrutura e se dinamiza como modo de produção determinando o comportamento básico de senhores e escravos, ou seja, as duas classes fundamentais da estrutura social dessa época. Nas palavras do próprio autor:

Chamamos de escravismo pleno àquele período da escravidão que se estende no Brasil do ano de 1550 (+ ou -) até aproximadamente 1850, quando é jurídico e efetivamente extinto o tráfico internacional de escravos africanos. Abrange, portanto, todo o período colonial, a fase do reinado de Dom João VI, o Império de Dom Pedro I e de Dom Pedro II. (MOURA, 2014, p. 62).

Nesse contexto, os demais segmentos sociais estavam, conforme discorre Clóvis Moura, direta ou indiretamente subordinados à lógica colonial, o que significa dizer que estavam subordinados aos senhores de terra. Tal fase caracterizou-se pelo fato de

as relações de produção escravistas dominarem quase totalmente a dinâmica econômica, política e social, chegando ao fato de que em algumas regiões do Brasil (Maranhão, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais) o número de escravizados fosse maior do que o contingente da população livre em alguns momentos. Por conta dessa configuração social, a população negra produziu formas de atuar nesse período no que concerne à resistência e ao reconhecimento da sua humanidade, que na literatura Mouriana podem ser entendidas através do conceito de “quilombagem”. A quilombagem, rigorosamente, se refere às lutas de guerrilha protagonizadas pelos escravizados e que, através da sua organização, provocou significativo desgaste ao sistema escravista em diversos níveis: econômico, social, militar. (MOURA apud OLIVEIRA, 2009, p. 124).

O conceito de quilombagem desenvolvido por Clóvis Moura dialoga com as produções teóricas de outros intelectuais negros brasileiros que, no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, também estavam realizando pesquisas acerca da ideia de quilombo, como foi o caso de Abdias do Nascimento e Beatriz Nascimento. Abdias publicou o livro chamado “Quilombismo” (1980), onde insere o legado de luta e de resistência da cultura negra brasileira numa perspectiva internacional (pan-africanista), enquanto Beatriz foi, indiscutivelmente, a mais gabaritada pesquisadora no que se refere à experiência de quilombos, de tal forma que a noção conceitual de quilombo para a autora resulta de trabalhos de campo no continente africano e na diáspora.² Apesar de se referir, em última instância, aos confrontos bélicos organizados pelos escravizados majoritariamente durante o período colonial, o conceito de quilombagem de Clóvis Moura não exclui as múltiplas formas de luta do povo negro no Brasil, estendendo-se para a esfera cultural, religiosa, aproximando-se da noção de quilombo trabalhada por Beatriz Nascimento: uma experiência coletiva afro-brasileira que se atualiza, um *continuum*.

Em função do desgaste do sistema escravista – decorrência da ação dos negros organizados e das pressões das potências europeias, mais especificamente a Inglaterra –, o Brasil passa a viver o que Clóvis Moura conceitualmente denomina “escravismo tardio”. Esse período compreende dos anos de 1850 até 1888 quando oficialmente é abolida a escravidão e, de acordo com o autor, caracteriza-se pela inserção de relações capitalistas numa sociedade que ainda mantinha sua base escravista:

Uma das características mais importantes dessa segunda parte do escravismo brasileiro, que denominamos de tardio, é o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista. Com a particularidade de que essas relações capitalistas emergentes são dinamizadas, na sua esmagadora maioria, por um vetor externo: capitais vindos de fora e instalados aqui como seus promotores dinamizadores e dirigentes. Em face desse fenômeno quase todos os espaços econômicos, que poderiam ser ocupados por uma burguesia autóctone em formação, foram ocupados pelo capital alienígena, na sua esmagadora maioria inglês. (MOURA, 2014, p. 86).

Apoiado no método marxista de análise sociológica – materialismo histórico e dialético –, Clóvis Moura evidenciou o fundamental através do conceito de escravismo tardio: houve um progresso tecnológico, econômico e cultural em partes da (super)estrutura da sociedade brasileira sem uma modificação correspondente nas relações de produção, ou seja, na infraestrutura. Por essa razão, criou-se ilhas de modernidade em um país atrasado (escravista).

1 Rediscutindo a Sociologia no Ensino Médio

Todas essas noções conceituais trabalhadas por Clóvis Moura são de caráter crucial para entendermos não apenas a história do Brasil ou a história do negro brasileiro, mas também a formação do Estado nacional e os consequentes problemas ine-

rentes às formações capitalistas que deram origem à Sociologia como área de conhecimento. Por esta razão, as contribuições desse autor marginalizado pelo campo acadêmico, e que ainda é pouco estudado nas universidades, são primordiais para repensarmos o currículo nas Ciências Sociais. No que concerne ao ensino de Sociologia no Ensino Médio, demonstraremos como a obra de Clóvis Moura pode colaborar com o cumprimento do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³ na formação de jovens e adultos através de uma análise crítica dos conteúdos organizados nos livros didáticos de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2015 (BRASIL, 2014).

O PNLD é uma iniciativa do governo federal destinada à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública brasileira, contemplando Ensino fundamental e Médio na modalidade regular ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para a finalidade desse trabalho, selecionamos alguns trechos dos conteúdos exibidos nos livros didáticos de Sociologia referentes ao PNLD do ano de 2015,⁴ e submetemos à análise os discursos presentes nesse material didático à luz das contribuições teóricas de Clóvis Moura.

De acordo com o que foi discutido anteriormente a respeito da obra de Clóvis Moura, suas elaborações são úteis para pensarmos temas clássicos e recorrentes na área da Sociologia. São exemplos: o mundo do trabalho, a formação dos Estados nacionais, a cidadania, os movimentos sociais, entre outros. A produção de Moura nos oferece a possibilidade de estudarmos esses temas conforme a nossa realidade nacional, afirmando a presença da população negra como sujeito político e histórico, ao mesmo tempo em que reiteramos o compromisso da Sociologia com a problematização de fenômenos sociais e a transformação da realidade social a partir de uma educação antirracista.⁵

Antes de expormos os trechos selecionados de alguns dos livros didáticos que constituíram o corpus da pesquisa, é importante mencionar que todos os seis livros que compõem o programa, em maior ou menor grau, apresentam fragilidades no que diz respeito a uma leitura sociológica de Brasil que não seja eurocêntrica. A escolha bibliográfica no desenvolvimento dos conteúdos do material didático reforça narrativas brancas/eurocentradas sobre a nossa realidade, ocultando do debate a extensa produção teórica de autores negros – como é o caso de Clóvis Moura – e latino-americanos de modo geral. É útil destacarmos também que obras de autores incontornáveis para o estudo das relações étnico-raciais como Lima Barreto, Frantz Fanon, Abdias do Nascimento, são citados nos livros didáticos na complementação de capítulos, na parte de “sugestões de leitura”, enquanto deveriam ser contemplados em primeira ordem na organização dos conteúdos.

2 Sociólogo da *práxis* negra

A situação de Clóvis Moura é da mesma natureza dos autores anteriormente citados, pois trata-se de um intelectual de grande envergadura para pensarmos o Brasil e a questão racial do período colonial aos dias atuais e que, todavia, possui um trabalho que ainda não encontra o reconhecimento necessário na produção sociológica nacional. Para darmos continuidade a essa reflexão, analisemos o seguinte trecho retirado do livro “Sociologia em movimento”:

O período colonial brasileiro (1500–1822) foi marcado pela exploração. Portugal não tinha interesse em construir no Brasil uma sociedade política organizada. Segundo o sociólogo Oliveira Vianna, o Brasil era formado por vários núcleos privados, independentes, e cada um tinha sua própria vida econômica, jurídica e moral. Sendo uma sociedade particularista e facciosa, o sentimento de coletivo atrofia-se em favorecimento do privado [...]. Para o autor, somente um Estado forte e centralizado seria capaz de criar um

sentimento de pertencimento público e encerrar os vínculos privados. (SILVA et al., 2013, p. 153).

É lícito salientarmos que este trecho foi extraído do capítulo “Poder, política e Estado”, mais especificamente do subcapítulo “Formação do Estado brasileiro”, que é a parte dedicada ao debate sociológico sobre a formação do nosso Estado nacional. Em nenhum momento do capítulo a questão étnico-racial foi encarada como tarefa intelectual necessária para se pensar o Estado brasileiro, e a narrativa passa pelo pensamento de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Victor Nunes Leal.

A despeito do argumento da separação entre o público e o privado como justificativa da exploração que marcou o período colonial, uma perspectiva sociológica que encare a totalidade não pode ignorar as contradições inerentes aos interesses das duas classes que eram a base da estrutura social brasileira nessa época: senhores e escravos (MOURA, 2014). De tal forma que o fenômeno da exploração nesse período de escravismo pleno não pode estar descolada da resistência da população negra, das lutas de guerrilha, da formação de quilombos, ou seja, da quilombagem teorizada por Clóvis Moura a partir do estudo da *práxis* negra⁶ no Brasil. Em uma sociedade estruturada pelo modo de produção escravista, esses acontecimentos não foram meros detalhes, pois, como abordou Moura, produziram desgaste em vários níveis sociais, o que levou o autor a considerar o negro como o sujeito da transformação no período colonial.

A experiência de Palmares também é indispensável nesse contexto, pois, devido ao seu modo de produção próprio, que exibia níveis de produtividade mais dinâmicos e distribuição comunitária, era a própria antítese do sistema latifundiário escravista de tipo *plantation* (MOURA, 1988). Pela magnitude que representa o quilombo de Palmares na história do Brasil – primeiro Estado livre das Américas – e no pensamento negro brasileiro, os livros didáticos pesquisados silenciam demasiadamente essa experiência histórica. A Comuna de Paris, que durou aproximadamente uma semana, recebe mais

atenção do que Palmares, que teve cerca de um século de existência. Esses tensionamentos são fundamentais para a transposição da narrativa historiográfica que reduz o escravizado apenas à condição de coisa/mercadoria, além de permitir maior compreensão sociológica sobre o período colonial.

Essa perspectiva também é decisiva para entendermos a etapa seguinte do modo de produção escravista – o escravismo tardio –, que operou como período de transição para a República e evidenciou o projeto de país em que as elites dirigentes apostaram. Nesse contexto, as campanhas abolicionistas ganham notoriedade e exercem papel significativo na construção de um projeto de nação articulado aos interesses do capitalismo europeu. O trecho selecionado do livro “Sociologia hoje” nos fornece um panorama deste contexto histórico:

Na luta pela cidadania, a mais notável transformação política do Brasil no século XIX foi a abolição da escravatura em 1888. O abolicionismo foi o primeiro grande movimento social brasileiro: como resultado, os negros passaram a ter ao menos o mínimo de direitos civis. Entretanto, a abolição não foi acompanhada de qualquer esforço para integrar os recém-libertos à sociedade brasileira. Os negros não receberam nem educação nem terra, duas coisas que poderiam lhes garantir participação na economia nacional. A proclamação da República não trouxe mudanças significativas para a cidadania brasileira. O poder passou do governo central para os estados, em que as mesmas oligarquias continuaram mandando. As eleições, que existiram no Brasil desde a Independência, continuaram sendo inteiramente fraudadas, de modo que não é possível falar de progresso dos direitos políticos. Os direitos civis, mesmo após o fim da escravidão, ainda eram frágeis, e os direitos sociais mal apareciam no discurso oficial. (MACHADO et al., 2013, p. 266).

A ilustração na página do livro também merece destaque. Trata-se da imagem de um homem negro acorrentado, de joelhos, implorando por humanidade, e ao lado a seguinte descrição:

Gravura que reproduz um medalhão elaborado em 1787 pelo abolicionista inglês Josiah Wedgwood (1730-1795), avô de Charles Darwin, criador da

teoria da evolução. A inscrição diz “Não sou eu também um homem e um irmão? ”. O abolicionismo foi um movimento social mundial, que mobilizou adeptos em vários países. No Brasil, foi também o primeiro movimento social de grandes proporções. (MACHADO et al., 2013, p. 266).

Esse recorte do livro didático é interessante na medida em que nos permite discutir algumas questões que costumam não estar na ordem do dia quando o assunto é abolição da escravatura e cidadania no Brasil. Em primeiro lugar, é necessário entendermos que, sim, a população negra se engajou na luta abolicionista de maneira mais expressiva na segunda metade do século XIX. No entanto, consistiu em uma escolha estratégica visto que já havia um desgaste devido aos enfrentamentos armados que orientaram a luta negra durante todo o período colonial – escravismo pleno (MOURA, 2014). De tal forma que, durante o escravismo tardio, Clóvis Moura assinala o engajamento e também a tutela sob a qual muito negros ficaram por conta dos centros abolicionistas.

Todavia, é lícito destacarmos o papel exercido pelos abolicionistas negros que atuaram em prol da libertação dos escravizados com um radicalismo político que os distinguia do ideário abolicionista hegemônico. Exemplo disso é o fato de Joaquim Nabuco escrever seu livro “O Abolicionismo” (2003) em Londres, sugerindo que esquecêssemos a “maldição da cor” (NABUCO, 2003, p. 82) porque a escravidão no Brasil não criou ódio entre as raças, enquanto Luiz Gama,⁷ após comprar a própria alforria, atuou em tribunais como rábula, chegando a argumentar que o escravo que mata seu senhor age em legítima defesa.

Além de Luiz Gama, José do Patrocínio, André Rebouças e Tobias Barreto são exemplos de abolicionistas negros que se destacaram na história e que contribuíram para manutenção do medo que afetava as elites brancas no século XIX de que o Brasil se tornasse um novo Haiti. Por esta razão, a adesão à causa abolicionista por parte das

elites fazia muito mais sentido através da atuação de figuras como Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco que, rigorosamente, decidiram que era necessário fazer a abolição antes que os negros a fizessem. O projeto em questão nesse momento era realizar a transição para o trabalho livre sem que essa mudança acarretasse alterações estruturais na sociedade brasileira, ou seja, aquilo que Clóvis Moura caracterizou como modernização sem mudança, mantendo os privilégios das elites.

Outro evento ocorrido na segunda metade do século XIX e que costuma ser relacionado à libertação dos escravos foi a Guerra do Paraguai. Com certa frequência, este fato é interpretado como uma contribuição para o rompimento das correntes, conforme colocado por Nelson Tomazi no livro “Sociologia para o Ensino Médio”:

Também contribuiu para o fim da escravidão a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), pois eram libertos todos os escravos que ingressavam no exército brasileiro. Pessoas livres que conviveram com escravos nas fileiras do exército acabaram abraçando a causa abolicionista. (TOMAZI, 2013, p. 217).

Quanto a essa constatação, podemos aprofundar a reflexão através das pesquisas de Clóvis Moura. Primeiro, é importante trabalharmos com uma estimativa das baixas dos negros escravizados que participaram do confronto. Num contexto no qual os filhos dos senhores de escravos ficavam em casa ou, na pior das hipóteses, assumiam algum posto de comando no exército brasileiro, os negros constituíram rigorosamente a tropa que lutou nesta guerra. Fora os voluntários, houve um expressivo alistamento forçado - senhores que mandavam seus escravos para o confronto -, além do próprio governo brasileiro, que efetuou a compra de um contingente de negros escravizados para lutarem no Paraguai. Assim, estima-se que após cinco anos de luta voltaram vinte mil negros, e que morreram na guerra entre sessenta e cem mil - sem contar outros milhares que morreram de cólera na fase de treinamento, de disenteria ou de maus tratos nos seus transportes (MOURA, 2014). Dito de outra forma, a Guerra do Paraguai

condenou uma significativa parcela de negros escravizados ao genocídio, prática histórica do Estado brasileiro para lidar problemas de ordem raciais.

Em segundo lugar, o conflito serviu também para esterilizar os ecos do pensamento crítico que estava ganhando proporção no que concerne ao fim do trabalho escravo. Diante da crise econômica enfrentada no período, nada como um inimigo externo para evocar os brios patrióticos e estrategicamente frear o debate sobre abolicionismo. De acordo com Clóvis Moura, o governo recorreu a um discurso cuja retórica disfarçaria o desejo de continuidade do trabalho servil, fato que demonstra o quão fundamental é para a Sociologia estudar essas relações para compreensão das desigualdades sociais e raciais no Brasil.

Se as narrativas sobre o período colonial e Império apagam, em grande medida, as realizações e embates protagonizados pelo povo negro, os discursos inerentes ao pós-abolição também não são diferentes. Observemos o trecho a seguir:

O movimento operário dessa época era composto, em sua grande maioria, por trabalhadores pobres originários de países europeus, que vieram para o Brasil sob a promessa, feita pelo nosso governo, de melhores condições de vida. Chegando aqui, o que encontraram foi exatamente o oposto: baixíssimos salários, alto custo de vida, jornadas diárias de até 16 horas, condições de trabalho sem nenhuma segurança, inexistência de quaisquer direitos trabalhistas e moradias em cortiços sem quaisquer condições de higiene (SOUZA; MACHADO, 1997). [...] Nessas condições de vida e de trabalho é que surgiram no Brasil os primeiros movimentos sociais de trabalhadores assalariados, tendo como lideranças imigrantes europeus, principalmente italianos e espanhóis. Seus ideais de organização, porém, não era o socialismo defendido por Marx, mas o chamado anarco-sindicalismo, bastante influente entre trabalhadores europeus do final do século XIX e início do século XX. (OLIVEIRA et al., 2013, p. 244).

Eis a narrativa hegemônica sobre a formação da classe trabalhadora e de sua consequente politização e organização coletiva. Todavia, é justo lembrarmos que o trabalho livre no Brasil foi se constituindo lentamente e era expressão de um projeto anti-negro desde a sua gênese. Da Tarifa Alves Branco em 1844 à Lei Áurea em 1888 -

passando pela Lei da Terra, Lei Eusébio de Queirós, Guerra do Paraguai e a imigração europeia⁸ -, foram criadas as condições para a marginalização sistemática da população negra e a formação do capitalismo dependente brasileiro, conforme exibiu Clóvis Moura.

Por outro lado, mesmo à margem, negros e negras se organizaram e desenvolveram uma *práxis* política fundamental para compreendermos o movimento social negro contemporâneo, a criação de instituições públicas que buscam promover a igualdade racial, entre outras iniciativas do ativismo negro brasileiro. Dito de outra forma, já havia um expressivo acúmulo de lutas que possibilitou à população negra no início da República continuar se organizando com autonomia, criando seus próprios espaços de resistência – a imprensa negra já circulava antes da abolição e a primeira associação negra data de 1891.⁹

Além do mais, não podemos deixar de mencionar o apagamento da participação negra em revoltas armadas durante a primeira República, como a experiência do Arraial de Canudos e do Contestado. Clóvis Moura realiza estudos a respeito destes conflitos e destaca a expressiva presença negra entre os camponeses na composição e organização destas resistências inerentes ao problema da terra. Mais especificamente, sobre a guerra de Canudos, o autor desmistifica o imaginário estereotipado da narrativa que concebe a revolta como messiânica, pré-política, liderada por um fanático religioso e evidencia o radicalismo político do protesto social da massa camponesa que pavimentou o caminho para o surgimento de movimentos contemporâneos de luta pela terra, como é o caso do MST. Essa discussão foi abordada por Clóvis Moura no livro “Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST”, publicado no ano 2000. Reduzir a organização dos trabalhadores e movimentos sociais no Brasil à chegada de imigrantes europeus é uma narrativa demasiadamente branca, o que reforça a leitura demasiadamente classista (e pouco racial,

porque branco é sempre pensado como universal) que a Sociologia ainda reproduz no que diz respeito ao problema da desigualdade social no Brasil.

Considerações finais

Existe um número considerável de intelectuais negros(as) com produções qualificadas para contribuir com a Sociologia, a História e Humanidades em geral. Na condição de sociólogo/professor de Sociologia, nosso objetivo nessa pesquisa foi analisar os discursos inerentes aos conteúdos dos livros didáticos de Sociologia do PNLD – 2015 à luz de Clóvis Moura, um autor negro fundamental para o pensamento sociológico brasileiro. Do extenso arcabouço teórico e conceitual que o autor nos deixou, nos concentramos em três noções conceituais – escravismo pleno, escravismo tardio e quilombagem – que permitiram repensarmos criticamente alguns temas fundamentais do pensamento e da disciplina sociológica: formação do Estado, mundo do trabalho, cidadania, movimentos sociais.

A noção de *práxis* negra, que demarca a opção teórica de Clóvis Moura pelo marxismo, viabiliza uma perspectiva de totalidade em relação à sociedade brasileira do período colonial à República, tornando-se um estudo necessário a qualquer sujeito interessado em compreender nossa realidade. Além disso, oferece uma análise mais rigorosa aos estudiosos que, inspirados no marxismo de maneira ortodoxa, reduzem o problema da desigualdade social no Brasil a um problema de classe. Ao enegrecer o marxismo, Moura demonstra de forma exitosa a relevância da intersecção de raça e classe para entendermos sociologicamente os problemas concretos e os desafios que historicamente se apresentam em nosso país; afirma a posicionalidade do intelectual negro na produção de conhecimento; e faz valer a legislação que estabelece o ensino de História

e Cultura Africana e Afro-brasileira para a formação de nossos jovens e adultos na Educação básica.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Guia de livros didáticos: PNLD 2015. Sociologia: Ensino Médio*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/125-guias?download=9011;pnld-2015-sociologia>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2018.

_____. Senado Federal. *LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2018.

MACHADO, Igor José de Renó et al. *Sociologia hoje*. São Paulo: Editora Ática, 2013.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil negro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, Anita Garibaldi, 2014.

_____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 1980.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra*. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de et al. *Sociologia para jovens do século XXI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Editora Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Kuanza, 2006.

SANTOS, Luiz Carlos. *Luiz Gama*. São Paulo, Selo Negro, 2010.

SILVA, Afrânio et al. *Sociologia em movimento*. São Paulo: Editora Moderna, 2013.

SOUZA, Claudia Moraes; MACHADO, Ana Claudia. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o Ensino Médio*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

¹ Nesse trabalho utilizamos a edição de 2014.

² Para saber mais sobre o conceito de quilombo na obra de Beatriz Nascimento, conferir: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Editora Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto Kuanza, São Paulo, 2006;

Documentário Orí, lançado em 1989 através da colaboração da cineasta e socióloga Raquel Gerber e a historiadora Beatriz Nascimento.

³ O artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio (BRASIL, 2017).

⁴ O PNL D – 2015 é composto por seis livros: TOMAZI, N. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. BOMENY, H. et al. *Tempos modernos, tempos de sociologia*. São Paulo: Editora do Brasil, 2013. ARAUJO, S. et al. *Sociologia*. São Paulo: Editora Scipione, 2013. SILVA, A. et al. *Sociologia em movimento*. São Paulo: Editora Moderna, 2013. MACHADO, I. et al. *Sociologia hoje*. São Paulo: Editora Ática, 2013. OLIVEIRA, L. et al. *Sociologia para jovens do século XXI*. Rio de Janeiro: Imperial novo milênio, 2013 (BRASIL, 2014).

⁵ Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 2000) delegam ao ensino de Ciências Sociais (Sociologia) a competência de possibilitar ao aluno transpor uma postura etnocêntrica que produz atitudes preconceituosas e discriminatórias, sobretudo ao lidar com diferenças e com minorias sociais, tendo como referência a prática de relativizar a realidade social. As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) instituem como papel central do pensamento sociológico a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais, assim como o estranhamento dos mesmos, de forma que as ações humanas (coletivas ou individuais), a estrutura social, a organização política, etc., sejam submetidas à problematização.

⁶ Em última instância, nos estudos de Clóvis Moura a “*práxis negra*” nada mais é do que a ação coletiva de negros e negras em prol do reconhecimento de sua humanidade enquanto grupo. Quando essa ação é apresentada na condição de um instrumento pedagógico no qual se torna possível compreender a realidade brasileira, temos, então, uma “Sociologia da *práxis negra*” (OLIVEIRA, F., 2009).

⁷ Sobre Luiz Gama, ver: SANTOS, Luiz Carlos. Luiz Gama. São Paulo, Selo Negro, 2010.

⁸ "Nesse processo de decomposição e ao mesmo tempo preparação ao advento do trabalho livre no Brasil, muito antecipando o escravismo tardio, mas abrindo-lhe as perspectivas do seu desenvolvimento, foram estabelecidas cinco medidas modulares para a sua conclusão:

- 1) A Tarifa Alves Branco (1844)
- 2) A Lei da Terra (1850)
- 3) A Lei Eusébio de Queirós (1850)
- 4) A Guerra do Paraguai (1865 - 1870)
- 5) A política imigrante" (MOURA, 2014, p. 103).

⁹ Sobre o papel histórico das associações negras na organização política dos negros no Brasil, ver: DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos

históricos. Revista Tempo, nº 23, s/v, 2007. Sobre imprensa negra no Brasil, ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. Imprensa negra no Brasil do século XIX. São Paulo, Selo Negro, 2010.

recebido em 3 mar. 2018 / aprovado em 16 abr. 2018

Para referenciar este texto:

COSTA, W. N. N. Sociologia do brasil negro: a pedagogia do pensamento de Clóvis Moura. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 17, n.1, p. 66-83, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/cpg.v17n1.8422>>.